

Editorial

O último número deste ano de Sexualidade, Saúde e Sociedade traz um conjunto de artigos e resenhas que exploram diferentes dimensões da sexualidade em contextos sociais marcadamente diversos. Espelham assim a própria diversidade social que caracteriza o continente. Em relação às diferentes dimensões da questão, temos contribuições importantes para a reflexão em torno dos principais dispositivos que instituem e regulam identidades, desejos e de práticas sexuais, seja no plano das políticas públicas de saúde, seja no plano das teorias médicas, seja no universo da mídia. Mais do que iluminar tais dispositivos, os textos publicados nesse número, os abordam em sua singularidade histórica, explorando o modo como se articulam localmente.

No âmbito desses dispositivos, um conjunto de representações sobre sujeitos particulares é produzido, projetando imagens como a da “charapa ardiente” na Amazônia peruana ou a do medicalizado homossexual chileno. Nos artigos de cunho mais etnográfico, vê-se como tais representações relacionam-se à vida cotidiana e são, nesse sentido, co-produzidas pelos próprios sujeitos sobre os quais elas recaem. Acompanhar a coluna que uma jornalista lésbica mantém em uma revista brasileira, ou o dia-a-dia de mulheres da selva peruana e de jovens da favela carioca de Rio das Pedras significa não apenas perceber como se contestam certas identidades “purificadas” pelas ciências, pelos meios de comunicação ou ela política, mas também como elas ganham densidade e complexidade, ao conjugarem-se a outras “diferenças”, de classe, etnia, gênero, procedência regional etc.

É importante destacar também, nesse número, a presença de instigante reflexão sobre o modo pelo qual valores axiais da “modernidade”, como equidade, liberdade ou dignidade da pessoa humana, definem e organizam processos políticos e legais específicos na área da saúde, envolvendo tanto demandas de universalização da ação protetiva do Estado, quanto demandas no sentido da ampliação da autonomia individual no que concerne a decisões vitais. E essa reflexão encontra eco particular nas duas resenhas aqui publicadas, onde, seja através do aborto, seja através das conjugalidades homossexuais, tais decisões vitais permanecem tensionando os limites da moralidade hegemônica.